

Bancos se organizam para derrubar tabelamento de juros

Da Reportagem Local
e do Sucursal do Rio

O presidente da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), Antônio de Pádua Rocha Diniz, disse ontem que "a classe bancária não assistirá de braços cruzados" a decisão do Congresso constituinte de tabelar os juros em 12% ao ano. Diniz afirmou que o setor vai fazer reuniões para decidir que "estratégia" seguir nas votações em segundo turno, nas quais se podem suprimir emendas aprovadas no primeiro.

O presidente da Fenaban não quis dizer quando seriam essas reuniões, nem que itens o setor pretende ver suprimidos no segundo turno. "Serão todos os pontos controversos que prejudicam a economia como um todo e os bancos em especial", declarou. "Não queremos criar polémica, nem confronto, mas nos

manteremos firmes na defesa dos interesses da classe", disse.

O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), líder do partido no Senado e ausente à votação, disse não ter dúvida que a votação foi resultado da "indignação" diante dos "juros escorchantes", sem que fossem analisadas as consequências. "Até o próprio Gasparian (Fernando Gasparian, autor da emenda) se surpreendeu com a aprovação", afirmou Fernando Henrique. "Mais uma vez a conjuntura levou de roldão a Constituinte", declarou, notando já nos deputados e senadores "uma certa disposição para tirar" a emenda em segundo turno. "É aberrante que isso esteja na Constituição", disse.

O primeiro vice-presidente da Fenaban, Theophilo de Azeredo Santos, concordou com Fernando Henrique

que a votação foi influenciada por um "ressentimento" com os altos juros. "Mas é um ressentimento injusto", afirmou. Santos disse que as taxas de juros são fixadas pelo governo. "Devido ao Plano Cruzado, que não foi inventado pelos banqueiros, os juros subiram de zero a 18%", afirmou. "O empresário agrícola não aguentou", declarou Santos, "e agora cai em cima dos banqueiros".

O deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ) disse que o tabelamento dos juros foi resultado de uma "emenda equivocada" que, caso não seja suprimida, "será mais uma lei que não vai pegar". Ele apontou como principais consequências da emenda o fim do crédito direto ao consumidor e a criação de um sistema paralelo de crédito, que reflita taxas reais do mercado.

"A taxa real de juros é uma reação do mercado à manipulação de índices oficiais. Em dois anos, o governo já mudou cinco vezes os métodos de aferição da inflação e o que me surpreende é que economistas como Celso Furtado defendam a adoção de tais medidas citando a França como exemplo. Na França a inflação anual não chega a dois dígitos", declarou. Segundo Coelho, a emenda cairá no segundo turno por pressão da sociedade e não apenas dos bancos.

"Mais do que aos bancos, essa emenda prejudica a indústria, o comércio e os consumidores, acostumados a comprar até sapatos e remédios a crédito". A alternativa ao fim do crédito direto será, de acordo com ele, a cobrança de juros "por fora".



Rocha Diniz, presidente da Fenaban



O deputado Ronaldo César Coelho

Cardoso Alves se diz 'liberal terceiro-mundista'

Da Reportagem Local

e do Sucursal de Belo Horizonte

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), uma das lideranças do Centrão, disse ontem, ao se referir à decisão do Congresso constituinte de tabelar os juros em 12% reais ao ano, que não considera seu voto contraditório com sua posição liberal. "Eu tenho uma posição liberal mas com uma visão terceiro-mundista", declarou. "Embora sabendo que a matéria não seja constitucional, votei a favor porque acho que os juros no Brasil são extorsivos", disse.

Para Cardoso Alves, a medida mostra a "preocupação" do Congresso constituinte com a matéria. Ele disse não saber se a decisão é factível, nem se passa no segundo turno. "É só o governo querer e determinar ao Banco Central que faça", disse o deputado. "É só proibir. Por que não?", questionou.

CNA

O deputado Alysson Paulinelli (PFL-MG), presidente da Confederação Nacional da Agricultura, disse que defende a existência de uma lei da usura no país, mas criticou a



O deputado Roberto Cardoso Alves

forma como o Congresso constituinte fixou a limitação dos juros. Para ele, o ideal seria deixar o detalhamento a cargo da legislação ordinária. "A

emenda estava pronta e o texto não era bom", afirmou, ao explicar por que não participou da votação, embora estivesse no Congresso.

"Se votasse a favor, estaria colocando um tabelamento na Constituição e eu tenho brigado para que essas bobagens não entrem na nova Constituição. Se votasse contra, pareceria que sou contra a lei da usura, e se me abstivesse, poderia parecer que não tenho posição no assunto. Mas eu tenho."

Paulinelli afirmou que o problema da agricultura não é exatamente a taxa de juros, "hoje de 7% para os pequenos produtores e de 9% para os grandes", mas a correção monetária. A norma aprovada pelo Congresso constituinte, em sua opinião, "não vai resolver".

O deputado rejeitou a versão de que os constituintes ligados ao setor rural teriam aprovado os 12% como retaliação ao setor bancário. "Se houve retaliação foi por parte de quem se mete a representar da agricultura e não é". Disse, no entanto, que havia "muita gente brava com as posições do Ronaldo César Coelho", deputado pelo PMDB-RJ e banqueiro do grupo Multiplic.

Simonsen aponta risco de hiperinflação

Da Sucursal do Rio

O ex-ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen disse ontem à tarde, por telefone do seu sítio em Teresópolis (95 km a noroeste do Rio de Janeiro), onde passa o final de semana prolongado, que o tabelamento dos juros em 12% pelo Congresso constituinte "retira o grau de liberdade da política monetária e pode levar a uma hiperinflação". Ele explicou que para financiar o déficit público o governo precisa colocar títulos no mercado ou emitir moeda. Como a colocação de títulos eleva as taxas do mercado, só vai restar a alternativa da emissão, que leva a uma "inflação explosiva ou à hiperinflação". "Foi um ato de devoção à Santa Edwiges (padroeira dos endividados)", definiu.

Outra consequência do tabelamento na opinião de Simonsen — atualmente professor de economia da Fundação Getúlio Vargas — será a falta de crédito para a pequena e média empresa. Ele acha que a partir da entrada em vigor da norma constitucional, os bancos só vão liberar dinheiro de acordo com a clientela, o que na prática vai significar o desaparecimento de crédito para os menores. E o crédito direto ao



O ex-ministro Mário Simonsen

consumidor não terá condições técnicas de existir por ser um ramo onde as taxas são prefixadas. "Como o dono da loja vai saber qual será a taxa de juros

dos próximos meses para não cobrar juros reais acima do limite?", perguntou.

Segundo Simonsen, o crédito direto ao consumidor sempre tem juros mais elevados. Citou como exemplo os Estados Unidos, onde os Certificados de Depósito Bancário (CDBs) são negociados hoje a taxas entre 7% e 8% ao ano, enquanto para a venda a crédito de um automóvel a taxa pode chegar a 16%. Ele acha que o tabelamento não faz sentido em uma economia de mercado e muito menos através de decisão constitucional, embora considere que em condições normais os juros não devam realmente ficar acima de 12%. Ele deseja, mas não tem muita esperança, de que a decisão seja revogada no segundo turno de votações.

FMI

Simonsen falou também das negociações que começam na próxima segunda-feira para um acordo entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Ele acha que "aparentemente" há possibilidade de fechamento de acordo e entende que esse acordo não trará recessão porque "ela já está aí".

Banqueiros de Londres dizem estar 'incrédulos'

ANTONIO CARLOS SEIDL

De Londres

A "City", o mercado financeiro de Londres, reagiu com cautela sobre a decisão do Congresso constituinte do Brasil de fixar os juros em 2%. Os jornais, nem mesmo o "Financial Times", a "Bíblia da City", não publicaram a informação. Os banqueiros ouvidos pela Folha fizeram comentários variando de evasivos a incrédulos.

"Evidentemente, precisamos de mais tempo para avaliar as implicações dessa decisão, mas, em princípio, não nos parece correta a intervenção da classe política nos mecanismos do mercado financeiro", disse um analista de um dos quatro maiores bancos britânicos.

Aqui na Grã-Bretanha, essa é uma decisão do mercado, baseada nos fundamentos da oferta e procura monetária.

O Banco da Inglaterra (o banco central britânico) tem uma maneira peculiar de influenciar o comportamento das taxas de juros bancárias.

Ontem mesmo, o Banco da Inglaterra, na sua maneira codificada própria, deixou a entender no seu boletim trimestral, sempre aguardado com ansiedade pelo mercado, que gostaria de ver uma reversão dos dois cortes recentes de meio ponto percentual na taxa de juros básica, decididos pelos bancos comerciais, em março, quando a libra esterlina ultrapassou a marca sensível de 3 marcos alemães.

No momento, as taxas de juros do mercado londrino são: taxa bancária anual, 8% e taxa interbancária de três meses, 8,5/16 por cento.

No seu último relatório trimestral, o Banco da Inglaterra diz que uma libra forte, parcialmente contrabalanceada pelas taxas de juros baixas, "não é uma maneira ideal de conduzir a política antiinflacionária".

O Banco da Inglaterra quer persuadir os bancos comerciais a aumentarem os juros porque "a demanda interna está excedendo o crescimento potencial da oferta enquanto os empréstimos bancários e a oferta monetária estão se expandindo rapidamente". O Banco da Inglaterra teme que o atual nível dos juros provoque o aumento da taxa de inflação dos atuais 3,5% para 4% no fim desse ano.

Líder sindical critica medida na Constituição

Da Redação, dos Sucursais
e Correspondentes

O presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Gilmar Carneiro dos Santos, disse ontem, que o dispositivo aprovado pelos constituintes que determina o tabelamento dos juros bancários em 12% ao ano não é uma medida que deva fazer parte de um texto de Constituição. Ele se disse favorável ao controle dos juros e caso o dispositivo seja aprovado no segundo turno, caberá ao governo controlar os juros e evitar mecanismos capazes de burlar a Constituição. "Não digo de imediato que o tabelamento dos juros está fadado ao insucesso. Caso haja um governo à altura, será possível conseguir o que todo mundo almeja: juros controlados", disse.

Representantes do setor de comércio varejista de diversas localidades criticaram o limite imposto na Constituição para os juros. O presidente do Clube de Diretores Lojistas e vice-presidente da Associação Comercial e Industrial de Governador Valadares (305 km de Belo Horizonte), Adailson Cunha de Magalhães, disse ontem, que o limite de 12% para as taxas de juros "é uma aberração".

O presidente da Associação Comercial de Cascavel (PR), Romeu Moraes da Silva, disse que o setor vê com "preocupação" a fixação de normas como o tabelamento de juros, na Constituição. Com a medida, ele espera uma redução "drástica" no crédito pessoal — que opera com taxas anuais a partir de 16%.

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná (Fetaep), Antenor Beni, disse que o limite de 12% de juros reais ao ano seria "absurdo" se aplicado para o meio rural, que necessita taxas menores.

"Uma medida puramente política", afirmou o economista Maurício Lima Verde Guimarães, 51, presidente do Sindicato Rural de Bauri (335 km a noroeste de São Paulo).